COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 5.017, DE 2005

(Aposos: PL nº 5.570, de 2005, PL nº 7.453, de 2006, PL nº 1.702, de 2007, PL nº 4.682, de 2009, PL nº 6.545, de 2006, PL nº 6.994, de 2006, e PL nº 1.022, de 2007)

Inclui um Capítulo V-A no Decreto-lei nº 667, de 2 de julho de 1969, versando sobre garantias dos integrantes da polícia militar e dos corpos de bombeiros militar.

Autor: Deputado CABO JÚLIO

Relator: Deputado MAJOR FÁBIO

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 5.017, de 2005, propõe seja garantido aos dependentes de policiais e bombeiros militares mortos no cumprimento de seus deveres, em serviço ou não, o pagamento de indenização correspondente a três meses de sua última remuneração.

A proposta fixa os percentuais a serem aplicados aos dependentes que fizerem jus à indenização, assim considerados: o cônjuge e o companheiro ou companheira; os descendentes menores de dezoito anos ou até vinte e quatro anos, se universitários e mediante comprovação da dependência econômica do policial ou bombeiro falecido; os descendentes incapazes; os ascendentes, desde que comprovada a dependência econômica nos termos mencionados.

Presumir-se-á no cumprimento do dever o policial e o bombeiro militar que vierem a falecer exercendo dever funcional decorrente de

sua condição de policial ou bombeiro, ainda que não esteja em serviço, ou que seja alvo de ação criminosa, motivada pela sua condição de militar estadual.

O projeto prevê também que a indenização poderá ser substituída, a critério de cada Estado ou do Distrito Federal, por um seguro no qual a importância segurada corresponda, no mínimo, a três vezes o valor da última remuneração do policial ou bombeiro militar.

Foram apensadas ao PL nº 5.017, de 2005, as seguintes proposições: PL nº 5.570, de 2005, do Deputado Capitão Wayne; PL nº 7.453, de 2006, da Deputada Rose de Freitas; PL nº 1.702, de 2007, do Deputado Rodovalho; PL nº 4.682, de 2009, do Deputado Capitão Assunção; PL nº 6.545, de 2006, da Deputada Perpétua Almeida; PL nº 6.994, de 2006, também da Deputada Perpétua Almeida; e PL nº 1.022, de 2007, do Deputado Celso Russomano.

O PL nº 5.570, de 2005, determina a instituição de seguro de vida, custeado pelos cofres públicos, para a cobertura de acidente e morte dos integrantes de órgãos de segurança pública da União, dos Estados e do Distrito Federal, que vierem a ser vitimados na função ou em razão dela.

O PL nº 7.453, de 2006, determina a contratação de seguro de vida para todos os trabalhadores e funcionários que atuem nas atividades de segurança pública ou privada, custeado com recursos das respectivas entidades empregadoras.

O PL nº 1.702, de 2007, institui para a União a obrigatoriedade de contratação de seguro, custeado com recursos públicos, para cobertura de acidente e morte para os integrantes das Polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal que vierem a ser vitimados no desempenho de suas funções ou em decorrência delas.

O PL nº 4.682, de 2009, determina que a União, os Estados e o Distrito Federal instituam seguro, custeado pelos cofres públicos, para a cobertura de acidente e morte de seus servidores e militares vitimados na função ou em razão dela.

O PL nº 6.545, de 2006, assegura o pagamento, aos beneficiários legais de policiais civis e militares e de bombeiros militares, de indenização pecuniária especial, em caso de falecimento do instituidor no exercício de suas funções, na forma do regulamento.

O PL nº 6.994, de 2006, assegura o pagamento, aos beneficiários legais de policiais integrantes dos quadros do Departamento de Polícia Federal e do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, de indenização pecuniária especial, em caso de falecimento do instituidor no exercício de suas funções, na forma do regulamento.

Por fim, o PL nº 1.022, de 2007, pretende instituir as seguintes garantias para o exercício das atividades de segurança pública: seguro de vida; seguro de acidente pessoal e de terceiros; gratificação de risco de vida; bolsa de estudo para os órfãos de policiais e bombeiros falecidos no exercício da função ou em razão dela; e aposentadoria integral por invalidez em caso de acidente ou doença profissional. O Poder Executivo federal, o Poder Executivo no âmbito de cada Estado e o Poder Executivo de cada Município, relativamente às respectivas guardas municipais, editarão os atos necessários para o cumprimento de tais disposições.

Não foram oferecidas emendas ao PL nº 5.017, de 2005, e a seus apensados no prazo aberto para tal fim nesta Comissão.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O art. 22, XXI, da Constituição Federal atribui à União competência privativa para legislar sobre normas gerais de organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação e mobilização das polícias militares e corpos de bombeiros militares. Por sua vez, o art. 24, XVI, confere à União a prerrogativa de definir normas gerais sobre organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis. A nosso ver, mesmo reconhecendo que não se trata de tema pacífico, a obrigatoriedade de instituição de indenização ou de seguro, nos termos propostos e desde que com as adaptações necessárias para que se preserve a autonomia estadual, encontra respaldo nos referidos dispositivos constitucionais, podendo ser inserida no rol das garantias ali mencionadas. De toda forma, eventuais questionamentos sobre a competência para legislar sobre o assunto deverão ser solucionados pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, nos termos regimentais.

No mérito, não há dúvida de que a ocorrência de acidente ou morte de policiais civis e militares e de bombeiros militares em serviço impõe ao Estado o pagamento de indenização, seja diretamente, seja por meio da contratação de seguro junto a instituições privadas, como já sendo feito em alguns Estados e no Distrito Federal. Esse dever se estende às situações em que tais agentes públicos sejam vitimados em decorrência de sua condição funcional, como é o caso de um policial militar ou de um bombeiro militar que, mesmo de folga, preste socorro a pessoas em perigo e, em consequência, seja acidentado ou perca a própria vida. Lembre-se que, em tais circunstâncias, esses agentes continuam tendo o dever funcional de agir, podendo sofrer sanções caso não o façam.

Quanto à forma de indenização, se diretamente pelo Poder Público ou por meio da contratação de seguro, e às condições de concessão, incluindo a definição dos beneficiários, entendemos que as decisões pertinentes devem ficar a cargo de cada ente federado, em respeito às disposições constitucionais que lhes asseguram autonomia administrativa (art. 18 e art. 42). Assim, oferecemos substitutivo às proposições ora relatadas no sentido de garantir o direito a seguro de vida ou, a critério de cada Estado e do Distrito Federal, a indenização, porém nos termos a serem definidos por leis e regulamentos estaduais e distritais.

No que tange à instituição de seguro de vida para os trabalhadores no setor de segurança privada, tema de que cuida parcialmente o Projeto de Lei nº 7.453, de 2006, a matéria já se encontra disciplinada pelo art. 19, IV, da Lei nº 7.102, de 1983, que “dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores, e dá outras providências”, bem como pelo art. 21 do Decreto nº 89.056, de 1983, e pela Resolução nº 5, de 1984, do Conselho Nacional de Seguros Privados.

Quanto à concessão de indenização pecuniária aos beneficiários legais de policiais integrantes dos quadros do Departamento de Polícia Federal e do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, prevista no PL nº 6.994, de 2006, parece-nos inquestionável a existência de vício de iniciativa na proposição, em razão do que dispõe o art. 61, § 1º, II, “c”, da Constituição Federal, que reserva privativamente ao Presidente da República a iniciativa de leis dispendo sobre servidores públicos federais e seu regime

jurídico. Essa reserva nos impede de introduzir a matéria no substitutivo anexo a este parecer.

A exemplo das demais proposições analisadas, foram acolhidas em nosso substitutivo as disposições do PL nº 1.022/2007 que tratam especificamente da instituição de seguro de vida para policiais civis e militares e bombeiros militares. Não há como contemplar no substitutivo a extensão do direito ao seguro de vida previsto no mesmo projeto aos integrantes das guardas municipais, uma vez que a União não dispõe de competência constitucional para legislar sobre o tema. Também pelo fato de extrapolar a competência legislativa da União, aliado à reserva de iniciativa antes mencionada, não é possível acolher os dispositivos da proposição pertinentes à concessão de gratificação de risco de vida, de bolsa de estudo para os dependentes e concessão de aposentadoria integral por invalidez em caso de acidente ou doença profissional aos servidores que exercem atividades de segurança pública em todas as esferas político-administrativas.

Em face do exposto, nosso voto é pela aprovação, na forma do substitutivo anexo, dos Projetos de Lei nº 5.017, de 2005, nº 5.570, de 2005, nº 7.453, de 2006, nº 1.702, de 2007, nº 4.682, de 2009, nº 6.545, de 2006, e nº 1.022, de 2007, bem como pela rejeição do Projeto de Lei nº 6.994, de 2006.

Sala da Comissão, em de de 2010.

Deputado MAJOR FÁBIO
Relator

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 5.017, DE 2005, E AOS PROJETOS DE LEI APENSOS Nº 5.570, DE 2005, Nº 7.453, DE 2006, Nº 1.702, DE 2007, Nº 4.682, DE 2009, Nº 6.545, DE 2006 E Nº 1.022, DE 2007

Dispõe sobre a instituição de seguro de vida e de acidentes para os policiais civis e militares e para os bombeiros militares e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Deverá ser instituído, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, seguro para a cobertura de acidentes e morte, custeado com recursos públicos, para os policiais civis e militares e bombeiros militares vitimados no desempenho de suas funções ou em decorrência delas.

Parágrafo único. Para os fins desta lei, considera-se como:

I - desempenho das funções, a execução de ações que decorram da condição de policial civil ou militar e de bombeiro militar, ainda que não em serviço;

II – situações decorrentes do exercício das funções, em que o policial civil ou militar ou o bombeiro militar seja alvo de ação criminosa, motivada por sua condição funcional.

Art. 2º As condições de concessão do seguro de que trata esta lei serão disciplinadas por legislação estadual e do Distrito Federal, observadas as respectivas disponibilidades de recursos orçamentários e financeiros.

Art. 3º A critério de cada Estado e do Distrito Federal, o seguro de que trata esta lei poderá ser substituído pelo pagamento de indenização, na forma disposta nas leis e regulamentos estaduais e do Distrito Federal.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2010.

Deputado MAJOR FÁBIO
Relator